



Diretriz Estratégica da Corregedoria Nacional de Justiça n. 11 para o ano de 2023: Desenvolver protocolos institucionais entre tribunais, entidades da sociedade civil, instituições de ensino, empreendedores e empresários, objetivando viabilizar o processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, ao completar 18 anos.

Transformar a realidade de crianças e adolescentes em situação de acolhimento para que conquistem uma vida digna e autônoma.

ESTRUTURA e PARCEIROS INSTITUCIONAIS

- **Coordenadoria da Infância e da Juventude/TJ**
- **Associação de Magistrados**
- **Federação das Indústrias**

Educação Básica e Profissional

Aprendizagem Profissional, Cursos Técnicos, Qualificação Profissional, Educação Continuada e Educação de Jovens e Adultos.

Empregabilidade

Inserção nas empresas por meio da Aprendizagem, estágio e contratação CLT.

Vida Saudável

Atendimento Psicológico, Odontológico e Nutrição, palestras diversas de saúde, oficinas de esporte.

Parcerias

Articulação com a sociedade para a inserção de ações de educação, saúde, cultura, inclusão digital entre outras.





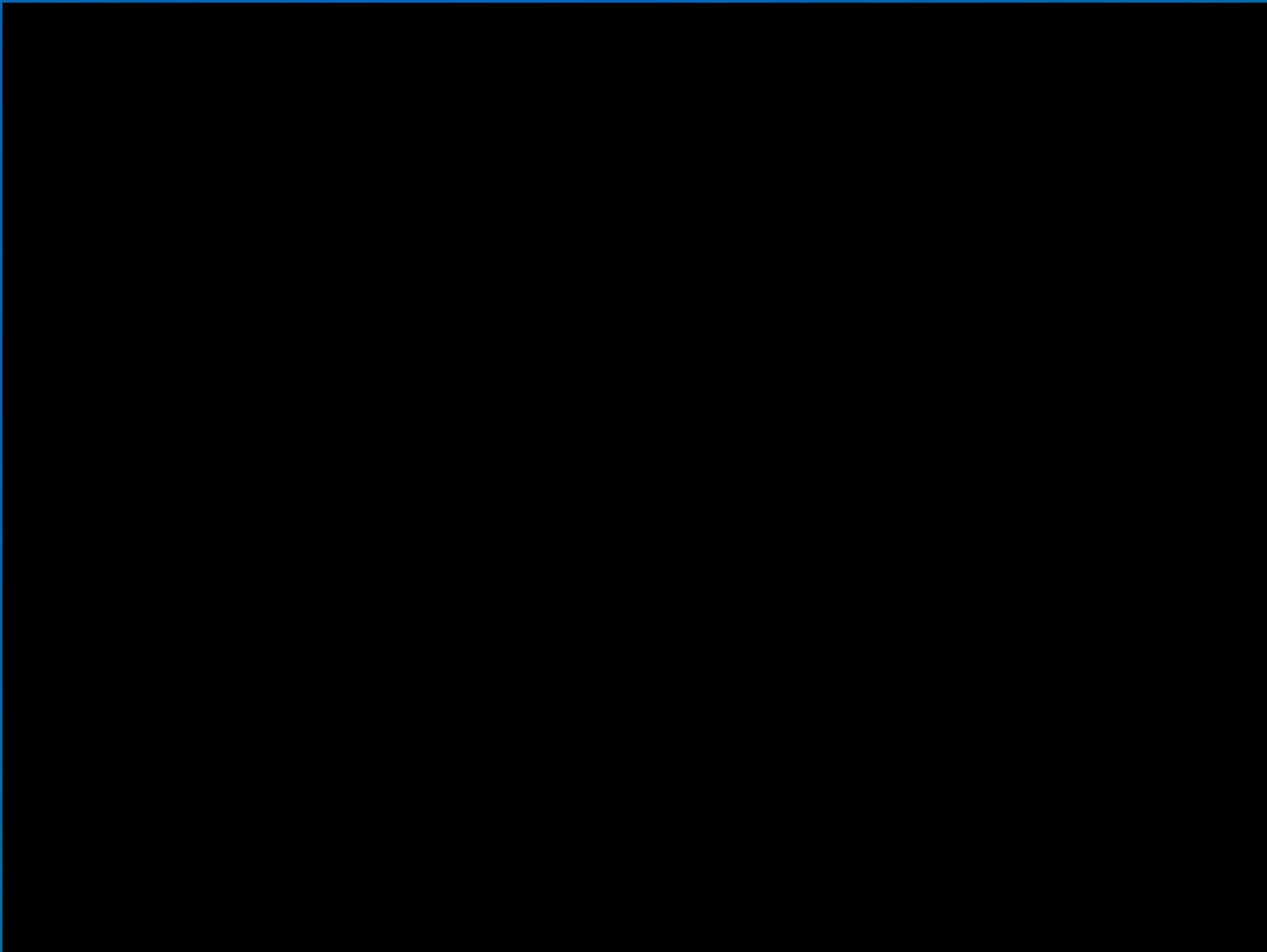
Nacionalização do Programa Novos Caminhos, de acordo com a Diretriz Estratégica da Corregedoria Nacional de Justiça n. 11 para o ano de 2023

- 1) Tribunal de Justiça do Amazonas: primeiro estado brasileiro a aderir à proposta de nacionalização do PNC por meio de celebração do Acordo de Cooperação Técnica n. 02/2023/CNJ, em março de 2023**
- Reuniões de alinhamento entre o CNJ e representantes das instituições envolvidas de Santa Catarina e do Amazonas;**
 - Reuniões de trabalho entre as equipes técnicas;**
 - Elaboração de Plano de Trabalho e Minuta do Acordo de Cooperação Técnica;**
 - Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica;**
 - Implantação no município de Manaus/AM.**



Nacionalização do Programa Novos Caminhos, de acordo com a Diretriz Estratégica da Corregedoria Nacional de Justiça n. 11 para o ano de 2023

- 2) Suporte aos Tribunais que manifestaram interesse em implantar o PNC: TJRS, TJTO, TJPA, TJBA e TJPE**
 - a) Apresentação das diretrizes estratégicas do PNC/SC em reunião conjunta com os Tribunais interessados;**
 - b) Alinhamento com as Associações de Magistrados e Federações das Indústrias;**
 - c) Reuniões técnicas individualizadas para desenvolvimento do projeto de implantação entre as instituições envolvidas, com suporte do CNJ e TJSC**
- 3) Novas manifestações de interesse: TJRR, TJAL**



Vídeo PNC 2022

